

















































“Isso gera riqueza, desenvolvimento e bem-estar para todos. Os melhores pesquisadores seguem suas pesquisas em mestrados e doutorados próximos das empresas. O campo da ciência e do conhecimento nunca deve ser estéril”, diz o texto.

O presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e professor de física da UFRJ, Luiz Davidovich, diz que espera que o ministro ouça a comunidade científica, que já elaborou “várias propostas de políticas de Estado” que podem ser aproveitadas.

Para o físico, a incorporação da área de ensino superior ao MCTI é uma surpresa, mas pode ter vantagens por haver convergência nos temas. “Mas não se pode afastar a educação superior da educação básica”, alerta. Ele cita o exemplo de programas de pós-graduação direcionados para professores da educação básica.

“Nessa área, há uma diversidade muito grande. Só 25% dos alunos estão em instituições onde há pesquisa. Das instituições privadas, as católicas e o Mackenzie são exemplos de onde há pesquisa, mas muitas outras não fazem. Se isso se concretizar, é uma área que o MCTI nunca conheceu. É um desafio possível, mas a carga é muito pesada.”

Ainda há a questão da Capes

(Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), fundação vinculada ao MEC e que tem papel importante na avaliação de programas de pós e no financiamento de bolsas de pesquisa. “É importante preservar esse trabalho”, diz Davidovich.

Outro desafio de Pontes é recompor o orçamento do ministério, diz Fernando Peregrino, do Confies (conselho de fundações de apoio às Instituições de ensino superior). “A queda é de 40% em comparação a quatro, cinco anos atrás. É uma atividade dispendiosa, mas os benefícios são grandes”, afirma.

“Marcos Pontes é uma pessoa de perfil técnico, conhecedora de tecnologias aeroespaciais e cujo currículo suplanta alguns ministros já escolhidos para a pasta e que não tinham nada a ver com a área”, diz Peregrino, que é doutor em engenharia pela UFRJ.

Ele vê como pontos positivos no pensamento de Pontes a ideia de desburocratizar a realização de pesquisa no país, como na importação de insumos e da papelada para fazer pesquisas de biodiversidade.

Em resposta a questionamentos da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e da ABC, Bolsonaro disse na semana passada que a provável escolha por Pontes se devia à meritocracia, e não ao

“toma lá, dá cá”.

Segundo a carta, o astronauta pediu que o governo fosse agressivo na estratégia de investimento na área e lembrou que países desenvolvidos investem até 3% do PIB em ciência, tecnologia e inovação (CT&I) — hoje, o Brasil investe cerca de 1%. A meta é chegar com ao novo patamar.

Para o então candidato à Presidência era preciso “garantir que os resultados práticos da tecnologia cheguem à população e no setor econômico, justificando os gastos públicos perante o povo (dono do dinheiro), e motivando o investimento privado.”

Bolsonaro disse que não há mais espaço para que a área de Ciência e Tecnologia seja “comandada de Brasília e dependente exclusivamente de recursos públicos” e enaltece empreendedorismo e o desenvolvimento científico em parceria com empresas.

A meta seria atingir entre R\$ 10 bilhões e R\$ 15 bilhões de orçamento para a área até o fim do mandato. “Nós passamos por um momento muito difícil de crise no país, [...] mas CT&I não é gasto, é investimento”, diz.

O orçamento aprovado para 2018 foi de R\$ 4,6 bilhões.

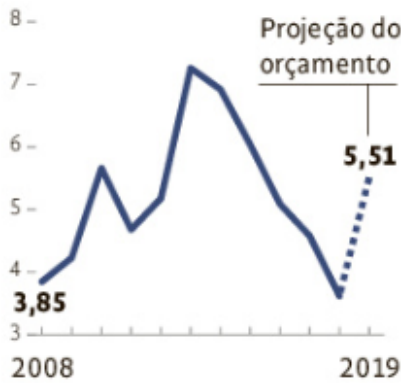




## Novo ministro terá desafio de recompor orçamento do MCTI

### Montante do orçamento do MCTI que foi empenhado\*

Em R\$ bilhões



\*valores não corrigidos

### De onde vem o investimento governamental em ciência e tecnologia

Em %

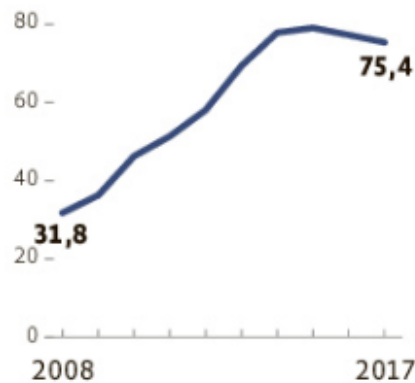


**52%**  
do total do investimento do país vem do governo

**R\$ 34 bilhões**  
foram investindo pelo governo federal em C&T em 2016

### Investimentos em educação superior no país

Em R\$ bilhões



**64,3%**  
do total investido em educação vai para Ensino Superior

## Redução na prática

Será intensa a troca de letras douradas nas paredes dos blocos da Esplanada. O número de ministérios vai cair drasticamente no novo governo do presidente Jair Bolsonaro. Ontem, após uma nova reunião na casa do empresário Paulo Marinho, no Rio de Janeiro, entre ele, o economista Paulo Guedes e o deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), além de outros assessores, ficou acertado que as pastas serão reduzidas de 29 para 15 (Veja abaixo). Pelo Twitter, Bolsonaro comentou que os ministérios “não serão compostos por condenados por corrupção, como foram nos últimos governos”.

Para o cientista político Antonio Celso Alves Pereira, professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), o corte no número de pastas pode ser positivo. “Reduzir custos é muito importante no país. É preciso racionalizar a máquina pública. Mas não adianta reduzir um ministério a uma secretaria que seja tão grande quanto o antigo ministério”.

As escolhas de pastas que restam denotam a prioridade para o novo governo. O Ministério do Meio Ambiente será incorporado à pasta da Agricultura. Será criado o Ministério da Infraestrutura, no qual



Lorenzoni (E) e Padilha se encontram no Palácio do Planalto

se pensou em juntar Transportes e Minas e Energia. Ficar só o primeiro, com mera mudança de nome. O vice-presidente-eleito, general Hamilton Mourão, considera a área energética estratégica, portanto, não quer que esteja ofuscada em uma pasta maior. No caso do Meio Ambiente, essa preocupação está presente na sociedade (Leia texto abaixo), mas não comoveu o novo governo.

O Ministério da Economia reunirá, sob o comando de Paulo Guedes, as pastas da Fazenda, do Planejamento e da Indústria, Comércio e Serviços. O economista Carlos Eduardo de Freitas, ex-diretor do Banco Central (BC), critica a ideia, exatamente por obliterar uma reforma administrativa

completa. “Seria importante o Ministério do Planejamento ser mantido e fazer algo que está entre suas atribuições: um estudo detalhado dos cargos e órgãos do governo, para ver o que é realmente necessário”, afirmou.


### Junções

O Ministério da Justiça vai incorporar os ministérios da Segurança Pública, a Secretaria da Transparência e do Combate à Corrupção e a Controladoria Geral da União, além do Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf), hoje parte da Fazenda. Outra mudança na lista discutida ontem foi a transferência do ensino superior do Ministério da Educação (MEC) para o Ministério da Ciência e Tecnologia, comandado pelo astronauta Marcos Pontes. A ruptura, idealizada com objetivo de ceder espaço à educação básica, pode causar impactos tanto financeiros quanto educacionais.

Miguel Arroyo, professor titular emérito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e especialista em política e educação, diz que a alteração, se efetivada, será um “retrocesso”. “Percebe-se o foco na formação de cientistas, mas a negligência em relação ao desenvolvimento humano, cultural e político”, analisa. Para o doutor em







Educação pela Universidade de Stanford (EUA), a manutenção dos Ministérios da Educação e da Cultura unidos é interessante, mas a integração do ensino superior à Ciência e Tecnologia, não. “Sou a favor de unir cultura e educação, já que são inseparáveis, mas não dá para entender o provável escanteio da parte humana no ensino superior. Creio que haverá forte reação contrária”, explicou.

Na avaliação do diplomata e cientista político Henrique Cardim, é preciso que o novo governo faça um plano completo do que deve ser realizado. “É algo necessário, pois o Estado brasileiro é muito complexo. Juscelino Kubitschek fez o Plano de Metas. O último plano mais completo foi feito no governo de Castello Branco, por Roberto Campos”, afirmou.

\* Estagiário sob a supervisão de Leonardo Meireles

## **Encontro no Rio**

O juiz Sérgio Moro deve se encontrar na manhã de hoje com Bolsonaro, no Rio de Janeiro. O voo do magistrado com destino à capital carioca decola às 6h30. Além do Ministério da Justiça, ele também está cotado para assumir uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF). No entanto, o próximo ministro a se aposentar na Corte é o decano Celso de Mello, em 2020. A intenção do presidente eleito é de que Moro entre no governo nos primeiros dias após a posse. A expectativa é de que ele anuncie nas próximas horas que aceitou o convite para ocupar a pasta, que vai ter como principal atuação o combate à corrupção e à criminalidade

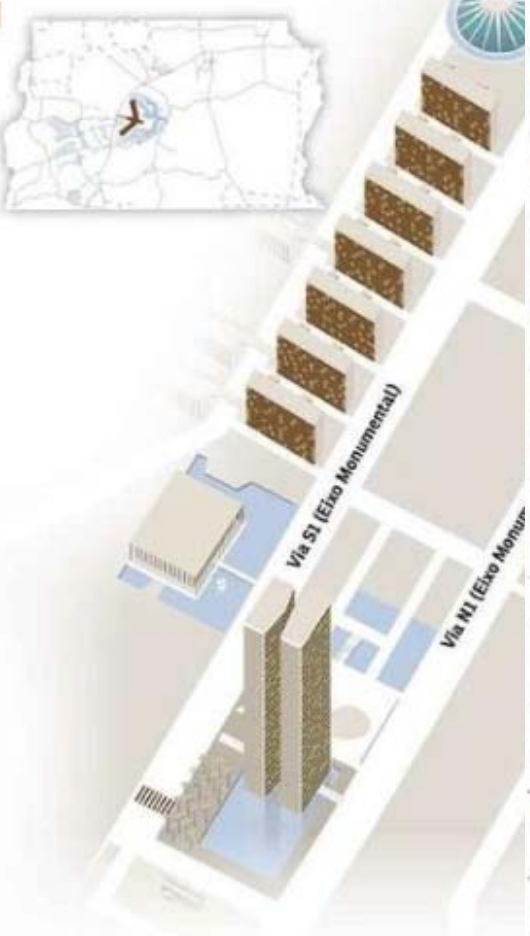


# Esplanada de Bolsonaro

Em reunião com a equipe, o presidente eleito Jair Bolsonaro traçou uma lista com a nova disposição de ministérios. Confira como eram e como podem ficar as pastas, levando em conta a distribuição atual do espaço

## COMO DEVE FICAR

- 1 Casa Civil (com funções do Governo)**  
Ministro: Onyx Lorenzoni
- 2 Economia - fusão de Fazenda, Planejamento e Indústria, Comércio Exterior**  
Ministro: Paulo Guedes
- 3 Defesa**  
Ministro: General Augusto Heleno
- 4 Ciência e Tecnologia (com ensino superior)**  
Ministro: Marcos Pontes
- 5 Saúde**  
Nome indefinido
- 6 Educação, Esportes e Cultura**  
Nome indefinido
- 7 Trabalho**  
Nome indefinido
- 8 Minas e Energia**  
Nome indefinido
- 9 Justiça e Segurança**  
Nome indefinido
- 10 Integração Nacional (junto a Cidades e Turismo)**  
Nome indefinido
- 11 Infraestrutura (junto a Transportes)**  
Nome indefinido
- 12 Gabinete de Segurança Institucional**  
Nome indefinido
- 13 Desenvolvimento Social (junto a Direitos Humanos)**  
Nome indefinido
- 14 Relações Exteriores**  
Nome indefinido
- 15 Agricultura e Meio Ambiente**  
Nome indefinido



## ÁREA ECONÔMICA PREVALECE

Uma equipe de transição escalada pelo presidente eleito Jair Bolsonaro para atuar até a posse, em 1º de janeiro, conta com nomes conhecidos no campo da economia. Confira alguns deles:

- **Waldery Rodrigues Junior**  
Coordenador-geral da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda.
- **Abraham Weintraub**  
Professor da Unifesp, trabalhou no Banco Votorantim, onde foi economista-chefe e diretor.
- **Arthur Weintraub**  
Irmão de Abraham e também professor da Unifesp, vai colaborar na área da Previdência.
- **Adolfo Sachsida**  
Pesquisador do Ipea.
- **Roberto Castello Branco**  
Economista-chefe da Vale do Rio Doce.
- **Marcos Cintra**  
Vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas, deve se unir ao comitê e contribuir na área tributária.
- **Carlos da Costa**  
Ex-diretor do BNDES, deve colaborar com a experiência em desenvolvimento, produtividade e mercado de capitais.
- **Carlos Von Doellinger**  
Ex-secretário do Tesouro Nacional, deve ajudar com questões orçamentárias.
- **Rubem Novaes**  
Ex-diretor do BNDES e doutor em economia pela Universidade de Chicago.
- **Marcos Trovo**  
Economista, cientista social e diplomata, é diretor do BRICLab na Columbia University.
- **Alexandre Ywata**  
Funcionário de carreira do Ipea e assessor especial do fundo de pensão dos servidores federais.

## Começa a passagem

O deputado federal Onyx Lorenzoni (DEM-RS), indicado para ser o ministro-chefe da Casa Civil no governo do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL), entregou ao atual titular da pasta, Eliseu Padilha, uma lista com 22 nomes para compor o gabinete de transição. Os técnicos vão compor cargos de confiança e terão como missão coletar informações para trabalhar na construção da futura gestão. Por lei, Bolsonaro tem até 50 cargos comissionados a serem preenchidos. Entretanto, a transição começará com os 22 indicados ontem a Padilha, que devem ser nomeados hoje, com a publicação do nome no Diário Oficial da União.

Entre os escolhidos está o próprio Lorenzoni, que será o coordenador da equipe, o general Augusto Heleno e Paulo Guedes, também estarão presentes (Leia a lista no quadro abaixo). “À medida que os ministros forem nomeados, serão trazidos novos técnicos para cada área específica”, explicou. Na próxima semana, Bolsonaro estará em Brasília, onde se encontrará com o presidente Michel Temer e iniciará formalmente o processo de transição entre chefes do Executivo federal.

## Vários lados criticam fusão

A notícia da fusão dos ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura desagradou tanto ambientalistas quanto ruralistas, que preveem prejuízos para as duas agendas e temem perdas no agronegócio, principal atividade econômica brasileira. A medida, anunciada pelo futuro ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, também repercutiu mal na imprensa internacional, que tachou de catastrófica e ameaçadora, entre outros adjetivos, a decisão do governo Jair Bolsonaro.

Os ministros Edson Duarte e Blairo Maggi, que hoje comandam as pastas do Meio Ambiente e da Agricultura, respectivamente, divulgaram notas, lamentando a fusão. “O novo ministério que surgiria com a fusão do MMA e do Mapa teria dificuldades operacionais que poderiam resultar em danos para as duas agendas. A economia nacional sofreria, especialmente o agronegócio, diante de uma possível retaliação comercial por parte dos países importadores”, afirma Duarte. O ministro também destaca as diferenças técnicas e operacionais dos ministérios. Dos 2.782 processos de licenciamento em tramitação no Ibama, por exemplo, apenas 29 têm relação com agricultura.

Na mesma linha que o colega, Maggi acredita que a fusão trará prejuízo ao campo. Ele afirma que, nos últimos dois anos e meio, tem divulgado pelo mundo a sustentabilidade do agronegócio brasileiro, uma cobrança dos países europeus. O ministro também aponta as diversidades das agendas das pastas. “Como um ministro da Agricultura vai opinar sobre um campo de petróleo ou exploração de minérios?”, questiona.

Contra a fusão, 228 deputados formaram uma frente parlamentar suprapartidária. Alessandro Molon (PSB-RJ), líder da frente ambientalista na Câmara, afirmou que, se o governo eleito não voltar atrás, eles tomarão “todas as medidas legislativas e judiciais possíveis e necessárias para evitar esse enorme retrocesso”. A ideia é obstruir a votação, se a proposta chegar como medida provisória, e convocar a população para as ruas. A mobilização deve envolver também setores do Ministério Público, além do Poder Judiciário, disse o deputado Aiel Machado (PSB-PR). “Esse é um ato que não envolve apenas o meio ambiente, envolve todas as áreas do Brasil, pelo impacto que significará na política externa brasileira. E isso é muito grave”, disse.